

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

Local: Sala de reuniões do CREAS III, na AV.Rio de Janeiro, nº. 1288 - Centro
Data: 27 de novembro de 2012, Terça-feira.

1 Aos vinte sete dias do mês de novembro do decorrente ano de dois mil e doze, na avenida Rio
2 de Janeiro, 1288-Centro, sala de reuniões do CREAS III, aconteceu a segunda reunião
3 do mês do Conselho Municipal de Assistência Social, com a presença dos seguintes
4 membros: Conselheiros governamentais Paulo Sergio Aragão; Claudia Márcia Líbano Cal
5 Tavares; Maria Inês Louro;.Neusa Harumi Tiba; Cirlene Maria Ferreira Fonseca; Jeane
6 Tramontini Zanluchi e Salete Ieda Domingues; Justificaram ausência: Célia Aparecida da
7 Silva Andrade Tomaszewski; Aurélio Caetano da Silva; Janete Ramos Pontes; e como
8 conselheiros da Sociedade Civil estiveram presentes: Silvia Helena da Silva; Mariana
9 Barros de Oliveira; Maria Vany Souza da Costa Neves; Regina Elizabeth Russo Humming
10 Nelma dos Santos Assunção; Maria de Fátima dos Santos Reale Prado; Lídia da
11 Conceição Lucas Loback; Doralice Aparecida dos Reis; Carla Mancebo Esteves e
12 Jaqueline Fernandes Senra Teófilo; Justificaram ausência: Sueli Aparecida Lourenço e
13 Ordalia de Fátima Braganholi Ferreira; Também registraram presença: Tatiana de
14 Oliveira Stechi-Cras Norte A; Adriana Fábila L Paschoal-Cras Norte B/Adefil; Maria Edna
15 Chagas Silva-Cras Norte B; Livia Malchiaffava Salvioni-Cras Oeste A; Denise M^a F.
16 Almeida-SMAS; Janaine C.P.dos Santos; Bruna Fonseca-Pe/I; Michelle A. Rodrigues-
17 UEL; Claudines S. Perozim-CRAS Centro B; Joseane Ap. Dias-Casa Acolhedora; Rosana
18 C. Barbosa-EPESMEL(estagiaria); Marta M. Santos-EPESMEL(estagiária); Natalia
19 Esteves-S.O.S.-Psicóloga; Marilza Yostinaga-SOS; Kleber F. Maricato-LBV; Samanta S.
20 dos Santos-CRAS Centro A/Adefil; Rosiane Modesto-CRAS-Leste; Nivia Maria Polezer-
21 SMAS; Sandra Cristina Bianconi da Silva-SMAS;. A presidente Neusa Tiba inicia a
22 reunião às oito horas e trinta e sete minutos, perguntando se todo(a)s receberam a pauta
23 e aproveitou para lembrar aos presentes que na próxima semana haverá reunião
24 Ordinária, devido ao feriado do Natal, a proposta é fazer as duas reuniões ordinárias,
25 sendo a primeira no dia 04 de dezembro e a segunda no dia 18 de dezembro. Não
26 havendo manifestação contrária, ficaram definidas as respectivas datas para as reuniões
27 de dezembro. Iniciou a leitura da pauta e justificou em seguida que a técnica responsável
28 pelo PRONATEC, não poderia estar presente nesta reunião devido a falta de agenda e
29 diante disso, este assunto será pauta da próxima reunião, que se realizará no dia
30 04/12/2012. Lembrou também que a prestação de contas da execução dos recursos do
31 Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada na próxima reunião, uma vez, que
32 a Comissão de Fundo deste Conselho não conseguiu se reunir a tempo, e a
33 coordenadora da comissão está tentando agendar para a próxima sexta-feira uma
34 reunião para que assim seja apresentado a prestação de contas a este Conselho no dia
35 04/12. Lembrou que o número de conselheiros deve ser paritário para tratar destas
36 questões na comissão de fundo e para fins de deliberação no CMAS, a quantidade de
37 conselheiro (a)s terá que ser conforme previsto no regimento interno do conselho . Não
38 havendo outras alterações ou inclusão de assuntos, foi aprovada a pauta do dia. Dando

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

39 continuidade a reunião, foram realizados os informes, a) justificativa da ausência das
40 conselheiras Sueli Aparecida Lourenço e Ordalia de Fátima Branganholi Ferreira b) convite
41 do Centro de Apoio Boa Esperança, que realizará um leilão promocional no dia 01/12/12
42 no Parque de Exposições Ney Braga. c) Ofício da Secretaria Municipal de Políticas para
43 a Mulher, apresentando a representante do poder público para compor este Conselho; d)
44 Caderno do IGD Suas/Governo Federal (lançamento), colocado a disposição de todos
45 o(a)s conselheiro(a)s; e) Ofício enviado pela Casa do Bom Samaritano à Secretaria
46 Municipal de Saúde com cópia para a Secretaria Municipal de Assistencial Social,
47 questionando que diante da impossibilidade de se pagar profissionais da área de saúde,
48 como por exemplo, o enfermeiro, com recursos do Fundo Municipal de Assistência
49 Social, solicita que seja oferecido alternativas para que o público que necessita deste
50 serviço não fique sem o atendimento. Apesar de estar como informe, a presidente sugere
51 que seja um ponto de pauta para reunião deste conselho, pois o assunto vem se
52 arrastando por anos e necessita de providências urgentes já que em julho de 2012, foi
53 tomada a decisão, de que a política de saúde pagaria pelo serviço de enfermagem para
54 aquele tipo de atendimento prestado, para que não houvesse prejuízo no atendimento ao
55 público. Sandra Bianconi sugere que este poderá ser um ponto de pauta já para a
56 próxima reunião e Neusa questionou a plenária sobre a proposição, sendo esta
57 deliberada pela aprovação pelo (a)s conselheiro(a)s presentes. Nivia lembra que a
58 entidade buscou a Secretária Municipal de Assistência Social para ter uma posição,
59 sendo que esta Secretaria realizou reunião com a Secretaria de Saúde, e a discussão foi
60 retomada, lembrando ainda que como resultado desta reunião o Secretario de Saúde se
61 comprometeu a assumir o co-financiamento dos procedimentos de saúde realizados na
62 instituição e pontua então que existe já um encaminhamento realizado e que a entidade
63 esta ciente que não poderá receber dois recursos para a mesma finalidade/objeto. Denise
64 G. esclarece que o Secretario de saúde encaminhou emenda o ao orçamento 2013 e que
65 este já foi aprovado em duas sessões na Câmara Municipal. Sandra Bianconi lembra que
66 este ponto deve ser trabalhado pelas duas Secretarias com a orientação deste Conselho,
67 para que a discussão não seja perdida e propõe que a discussão continue na próxima
68 reunião. f) Silvia Helena – Irmã Scheilla- lembra que a situação dos serviços de
69 aprendizagem profissional em Londrina também não foi resolvida. Paulo pontuou que a
70 situação talvez esteja na Procuradoria Geral do Município para que seja realizado
71 posteriormente o chamamento público. Neusa, solicitou que Silvia, entre em contato com
72 a Secretaria do Trabalho e dê o retorno para este Conselho na próxima reunião para que
73 não haja prejuízo para os serviços desta natureza. A seguir a presidente solicitou a
74 plenária manifestação sobre a ata do dia 23/10: Nivia solicitou alteração em algumas
75 linhas a fim de melhorar a redação que estava confusa, o que segundo ela poderia levar
76 a má interpretação do que a mesma quis dizer em reunião. Solicitou ainda correção no
77 seu nome. Paulo realizou as alterações de forma imediata e Neusa questionou se havia
78 mais alguma alteração. Cirlene pontuou alterações em algumas linhas que também
79 deveriam ter melhoras na redação. Denise também, solicitou melhoras na redação, bem
80 como a conselheira Fátima. Por fim, Nivia solicita que o nome da conselheira Ordália seja

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

81 corrigido em todas as citações e a conselheira Regina solicita que seu nome seja
82 acrescentado, pois estava presente na reunião, pois a mesma realiza uma fala,
83 comprovando que estava presente. Neusa questiona se há mais alguma correção e não
84 havendo mais alterações a plenária aprovou a referida ata. Dando prosseguimento, a
85 presidente apresentou o próximo ponto de pauta que refere-se ao relato da Capacitação.
86 Paulo inicia a apresentação e passa a palavra para Denise que realizou a capacitação do
87 dia vinte e três de novembro. A mesma lembrou que a capacitação tratou sobre controle
88 social na Política de Assistência Social. Denise destacou que realizou o resgate histórico
89 desta política. Acrescentou que realizou trabalhos de grupo com atividade dirigida.
90 Afirmou que nos trabalhos houve a discussão sobre a questão do controle social e relatou
91 que este momento foi bastante esclarecedor para o público. Paulo lembrou que deste
92 grupo já foram retirados os membros que irão estar presentes na composição da
93 Comissão Organizadora da Conferência de Assistência Social. Os nomes são: Anelise –
94 não governamental e Josiane – representante governamental. Cirlene lembrou que o
95 trabalho em grupo foi muito rico, no sentido de rever e levantar propostas para o
96 controle social. Neusa lembra que estas informações estão sendo passadas para a
97 Comissão de Transição para que a nova gestão tenha conhecimento. A comissão
98 informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social é a que está mais organizada
99 em termos de dados sobre o trabalho desenvolvido e os desafios dentro da prefeitura.
100 Neusa lembrou que no referido evento, foi constatado que muitas pessoas desconhecem
101 sobre o funcionamento deste conselho, principalmente no que se refere a elaboração da
102 pauta das reuniões do CMAS e, deixou claro que qualquer cidadão pode solicitar ponto
103 de pauta, pois a mesa diretora aguarda até quinta-feira que antecede a reunião para
104 oportunizar que as propostas sejam incluídas, porém as sugestões de pauta são poucas.
105 Relata que quanto a capacitação sobre o controle social, identificou sugestões neste
106 sentido, que apontavam para a desburocratização da construção da pauta deste
107 Conselho, algo que segundo ela, não apresenta procedimentos de impedimento de
108 participação e nem de excesso de burocracias. Lembrou ainda que as capacitações
109 devem ser constantes e que isto nem sempre foi respeitado nesta gestão. Destacou que
110 Denise tratou desta temática pela segunda vez. Acrescenta que as reuniões deste
111 conselho devem ser realmente repensadas e sugere inclusive alternativas para
112 realização de reuniões descentralizadas, pois as decisões que são tomadas nestes
113 momentos, tem impacto na vida dos usuários e estes devem ter a oportunidade de
114 participar desses espaços de tomada de decisões. Paulo lembrou que os certificados das
115 capacitações estão a disposição no CMAS, mesmo para aqueles que não comparecerem
116 em uma das etapas. Agradeceu aos que participaram da capacitação e a contribuição do
117 evento com a participação no lanche, e destacou que o local onde a segunda
118 capacitação foi realizada – nova sede da OAB Londrina - foi muito bom, apesar da falta
119 de estacionamento, superando o local do evento anterior. Seguindo a pauta, Neusa
120 solicita o relato das comissões e a conselheira Cirlene, solicitou que a conselheira Nelma
121 realizasse o relato da comissão de inscrição. Nelma que é da comissão de Inscrição e
122 cadastrado, lembrou que haviam encaminhamentos solicitando documentos para

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

123 algumas instituições proceder suas inscrições, porém, algumas não realizaram a entrega
124 até aquele momento: Iniciou com a Instituição ILLICT relatando que a documentação, foi
125 analisada, porém, identificou que a mesma apresenta serviços mais voltados para política
126 de saúde, a comissão solicitou alguns esclarecimentos e a instituição não mais
127 apresentou respostas aos questionamentos. Situação semelhante também ocorreu com o
128 CEFIL. O Instituto de Comunicação Origem e a Adevilon, também, não apresentaram as
129 documentações solicitadas e todos os casos serão arquivados de forma provisória uma
130 vez que não há mais continuidade por parte das entidades até o momento. Paulo
131 questiona qual é a documentação e os questionamentos que ainda se apresentam como
132 faltante. Nelma explicou que as instituições que se apresentam mais como a área de
133 saúde foram analisada e solicitados pareceres técnicos e documentação necessárias
134 para atender as exigências deste conselho, e no entanto, não foram providenciadas até o
135 momento. Cirlene lembrou que a grande maioria das entidades percorreram o caminho
136 necessário a adequação da legislação pertinente, porém, não avançaram quando
137 solicitaram a documentação exigida. Afirma que este fato é um agravante complicado
138 pois fica no arquivamento, porém como pendência para a comissão de inscrição. Cirlene
139 apresentou as datas que as mesmas foram orientadas, mas sem o manifesto destas até
140 o momento. Denise tomou a palavra para apresentar uma proposta de prazos para
141 inscrição neste Conselho, para que as comissões não fiquem com esta responsabilidade
142 sem que haja a resolução quanto a inscrição ou não, uma vez que há pendências por
143 parte das entidades sem resolutividade. Paulo questionou sobre os procedimentos
144 necessários para que estas organizações se adequem as legislações e se pautem em um
145 controle social vinculado a alguma área, não exclusiva a assistência social. Denise
146 lembrou da governabilidade do Conselho e acrescentou que temos instituições que
147 atendem de forma legal, a conteúdos genéricos de existência e não querem o apoio
148 deste conselho mas que não há impedimentos para a sua existência. Denise exemplificou
149 o caso das igrejas que atendem ao público da assistência social e não fazem parte do
150 conselho. Sandra usou o exemplo da Toca de Assis que o conselho tentou por inúmeras
151 vezes aproximação, porém os coordenadores, nunca aceitaram. Afirmou que esta
152 entidade em especial deixa de atender a inúmeras legislações vigentes. Nivia lembrou
153 que no caso da Toca de Assis, o serviço prestado foi inserido no censo SUAS e por
154 tanto, o mesmo existe, porém, não possui inscrição no CMAS. Neusa lembrou que este
155 conselho é fiscalizador do serviço e desta forma, a discussão deve ser pensada e
156 amadurecida. Denise lembrou que já aconteceu casos de óbito em instituições de
157 assistência social e que este conselho deve ter uma postura, pois pode acontecer a
158 responsabilização, no caso de algum problema ou fato negativo. Lembrou que os
159 trabalhos de cunho religioso são diferenciados das entidades do terceiro setor. Fátima
160 lembrou que qualquer entidade pode fazer o trabalho, desde que siga a legislação geral e
161 que os registros devem ser solicitados nos conselhos específicos. Neusa citou que há
162 algum tempo atrás visitaram o CAMOR, que atendia moradores de ruas e que esta
163 instituição, após varias intervenções, deixou de atender no município, pois havia
164 inúmeras irregularidades e a diretoria não realizou as adequações necessárias apontadas

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

165 pelo CMAS na época. Marcia Valim lembrou que a inscrição no conselho e a execução
166 do serviço são coisas distintas, porém, a responsabilidade não é eximida pela falta do
167 mesmo. Paulo propõe que a discussão tenha continuidade em outro momento, pois é
168 ampla. Marcia sugeriu que a comissão de acompanhamento faça este levantamento e
169 traga uma proposta de encaminhamento para este conselho. Vany lembrou que a
170 comissão esta com visitas pendentes e que de cinco membros, somente três são
171 atuantes. A situação se agrava uma vez que ela irá sair de licença maternidade. Cirlene
172 pontuou que esta comissão deve ser fortalecida, assim mais pessoas devem compor a
173 mesma, uma vez que a carga de trabalho o exige. Marcia sugeriu que esta discussão
174 seja pautada já na primeira reunião do próximo ano e Neusa lembrou que Fatima estará
175 presidindo este conselho e, sugeriu que a mesma encaminhe um Ofício para o próximo
176 prefeito e desta forma na primeira reunião de fevereiro este assunto poderá ser pautado.
177 Cirlene continuou o relato sobre a comissão de inscrição e falou sobre a organização
178 LBV, lembrou das reuniões anteriores e colocou aos presentes sobre a documentação
179 apresentada pela instituição e deliberou-se para a visita na próxima semana. Também
180 relatou que esta comissão realizou visita ao SOS, que acolhe adultos do sexo masculino
181 e solicitou documentação e apontamentos, que a entidade fez e entregou a mesma com
182 detalhamento e dentro do prazo estabelecido, sendo que após análise e discussão a
183 comissão é favorável a inscrição da mesma neste conselho. Já no caso da Caritas,
184 Cirlene lembrou que Nelma, a qual compõe a comissão de inscrição, se afastou da
185 comissão, pois é funcionária desta instituição. Relatou que a Caritas Arquidiocesana de
186 Londrina solicitou a inscrição neste conselho há algum tempo, porém, com a ausência de
187 Nelma e de Viviane que é o outro membro da comissão, a qual estava de licença, houve
188 atraso nesta análise, pois a comissão levantou vários estudos e revisão de documentos
189 com detalhamento. Neste sentido, após estas análises verificou que o trabalho
190 desenvolvido, esta dentro da defesa de direitos e que ainda restam diligências para
191 verificar a questão de assessoramento. Cirlene citou como exemplo o trabalho de
192 assessoramento com a entidade Pequena Missões para Surdos que a Caritas
193 desenvolveu amparo a esta entidade. Sendo assim, a comissão é favorável a inscrição
194 da entidade para o serviço de defesa dos direitos e posteriormente a comissão terá a
195 tarefa de visitar a Caritas para verificar a certificação do segundo serviço, ou seja: o
196 Assessoramento. Cirlene lembrou ainda que Viviane, participou de todo o processo e que
197 desta forma a comissão também quer esperar que a mesma retorne de sua licença para
198 prosseguir com as análises. Nelma lembra que foi muito difícil para a comissão realizar
199 toda análise e mais ainda para a entidade, pois a mesma realiza o serviço, no entanto,
200 não totalmente conforme a resolução, porém a mesma estará verificando a legalidade
201 dos procedimentos e cada vez mais buscando o aperfeiçoamento em suas atividades e
202 atendimentos a fim de otimização do serviço e possíveis adequações. Ainda com relação
203 a inscrições, Nelma apresentou a resolução 44 (quarenta e quatro) de 2011 que se refere
204 aos procedimentos para inscrição neste Conselho, e sugere alterações, Os itens de
205 forma geral permanecem, porém, com acréscimos. Denise lembrou que a resolução em
206 vigor até o momento, foi cumprida e que existem novos fluxos que não estavam

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

207 previstos, e portanto, se fez a necessidade de adequação desta resolução, que
208 estabelece prazos e metas para o fluxo. Paulo questionou se assessoramento e defesa
209 estão juntos nesta nova resolução e Cirlene esclareceu que sim. Nelma procede a
210 explicação e lembra que até o momento o plano e relatório entregues pelas instituições
211 eram muitos similares e que nesta resolução este fato não acontecerá pois deixa-se claro
212 a especificidade de cada instrumento. Explicou o que deverá conter nos relatórios, os
213 critérios e os prazos para apresentação de documentos para a inscrição neste conselho.
214 Leu alguns pontos relevantes da nova resolução. Destacando os parágrafos que vão
215 gerar as mudanças mais significativas. Denise destacou o artigo 14, (quatorze) onde se lê
216 que o conselho deverá realizar as análises e não somente as comissões, uma vez que a
217 responsabilidade é de todos. Nelma procedeu a leitura e destacou o artigo 16 (dezesseis)
218 que estabelece que as entidades que tiverem os serviços encerrados deverão
219 comunicar com trinta dias de antecedência e Denise lembra que o mais ideal é que
220 exista comunicação formal e solicita que a redação também seja melhorada,
221 acrescentando que este conselho deverá realizar visitas. Paulo, realizou as alterações já
222 no momento da aprovação. Neusa sugere que após, o artigo 17 (dezessete) mude-se a
223 redação acrescentando que o conselho deverá realizar a publicação das inscrições no
224 site e coloca-se novas alterações no inciso oitavo deste artigo. Denise questionou se será
225 gerado uma resolução específica para cada um. O debate seguiu-se e após discussão
226 fica claro que no parágrafo terceiro do art 17 (dezessete), que as instituições que
227 mantiverem a manutenção de suas inscrições devem ser citadas em ata, gerando uma
228 única resolução para todas as entidades. Após Nelma apresentou os anexos,
229 esclarecendo que não há alterações. Neusa lembrou ainda que publicando esta
230 resolução, as entidades deverão estar cientes sobre a regulamentação ora deliberada e
231 que todos devem colaborar na divulgação desta resolução a partir da sua publicação.
232 Cleber da LBV, destacou questões de prazo para entrega de documentos e que os
233 quarenta e cinco dias previstos podem não ser suficientes. Denise afirmou que a
234 discussão é coerente e que deve haver tempo hábil alterando o tempo para apresentação
235 dos documentos solicitados. Marcia questionou se a legislação nacional exige que seja
236 emitido um relatório anual dos serviços prestados. Denise respondeu que sim, pois há
237 esta previsão e a exigência do relatório anual pela entidade que quer manter a inscrição
238 no Conselho, sendo esta apontada pela resolução dezesseis de 2010 do CNAS, porém
239 sem estabelecer prazos de quando emitir tais relatórios, pois esta é uma discussão que
240 cabe a cada instância municipal. Marcia sugeriu que no caso de inconsistências ou
241 dúvidas a entidade terá prazo de cinco dias úteis para o envio de contraditórios de
242 relatórios e de mais documentos para análise, para que assim a comissão analise e faça
243 as ponderações, apontamentos e posicionamentos em quinze dias úteis. As alterações
244 foram realizadas e todos participaram. Paulo leu a redação para os presentes e todos
245 concordam deliberando pela alteração. Passou-se então para a Comissão de análise
246 acompanhamento. A Conselheira Carla lembrou que a comissão de análise e
247 acompanhamento, realiza a visita para conhecimento dos serviços e que não agendam
248 uma visita, pois o ideal é que comissão verifique os serviços na totalidade inclusive os

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

249 pontos negativos que podem aparecer neste ato. Relatou que constatou em visita que o
250 CRAS Centro B está em prédio novo. Porém há uma árvore no meio da calçada que
251 interrompe o caminho do piso tátil, que este não tem continuidade e assim dificulta o
252 acesso das pessoas com deficiência visual. o acesso dos usuários ao serviço e que será
253 solicitado providências a Secretaria Municipal de Assistência Social. Há ainda a falta de
254 mobiliário, pois estavam alocados em um lugar menor e agora, há salas sem os
255 equipamentos e mobiliários adequados. Quanto a equipe profissional, afirmou que esta
256 também não tem o numero de funcionários adequados e apontou a necessidade de 1
257 assistente social, 1 psicólogo, 1 técnico de gestão e 1 estagiário. Paulo questionou se
258 esta falta foi percebida pela equipe do CRAS ou pela comissão e Carla disse que foi em
259 conjunto. Já no caso da Instituição Serviço de Obras Sociais - SOS – serviço de
260 acolhimento institucional adulto masculino -, a comissão observou muitas necessidades
261 de intervenção, como por exemplo, o fato da população atendida, permanecer por toda
262 noite sem ter o acompanhamento de uma equipe técnica. Existe ainda a ociosidade da
263 população naquele serviço. Márcia lembrou que as propostas são internas e que a
264 técnica, na pessoa da coordenadora Marilza deveria estar presente no ato da visita, pois,
265 a instituição tem rotinas específicas, porém existem atividades diárias. Cirlene afirmou
266 que as atividades acontecem de forma gradual e programada. Carla pontuou que as
267 dificuldades já foram levantadas, entre elas, a falta de auxiliar educativo no período
268 noturno e que será realizada nova visita para tratar com a entidade. Jeane, representante
269 governamental da Secretaria do Idoso lembrou que já atuou na entidade, na condição de
270 voluntaria, e se diz preocupada com a mesma, pois o município no momento possui
271 poucas entidades de acolhimento institucional adulto que abrigam homens. Jaqueline
272 pontuou que conhece a instituição e deve ser verificado se o serviço esta acontecendo e
273 atendendo as devidas metas. Jeane lembrou que no começo desta reunião todos
274 votaram para que a entidade recebesse a Inscrição neste Conselho e lembrou então, que
275 devemos rever esta deliberação caso haja dúvida quanto a organização. Paulo pediu a
276 palavra e solicitou o entendimento do fluxo, pois no primeiro relato que verificou-se no
277 início da reunião que a deliberação foi sustentada no parecer favorável da comissão de
278 inscrição. Carla lembrou que a comissão da qual faz parte, realiza a visita e traz para este
279 Conselho deliberar, e que a comissão de acompanhamento realizou as notificações
280 necessárias a entidade. Marcia, destacando a questão de apresentação dos documentos
281 necessários sugere que todas as documentações sejam solicitadas, tal como o plano de
282 trabalho, relatórios de atividades e certidões. Cirlene lembrou que existe esta
283 documentação, não havendo pendências nos documentos apresentados, uma vez que se
284 levantou naquele momento da reunião no Conselho dúvidas quanto a apresentação de
285 documentos exigidos para a Inscrição. Claudia lembrou que tem realizado o
286 acompanhamento de forma constante, porém a diretoria da instituição é a mesma de
287 muitos anos e que identifica que existem momentos em que a propostas são aderidas,
288 porém as reuniões são difíceis, uma vez, a diretoria tem uma forma de trabalhar há
289 muitos anos, e é resistente a mudanças possuindo dificuldade para compreender o
290 aspecto legal. Carla pediu uma ressalva e lembra que a assistente social no dia da visita

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

291 não estava presente e esta não foi informada da visita da comissão, mesmo depois. Jane
292 pontuou que a instituição tem uma tradição e que mesma quando era voluntaria tentou
293 organizar a parte administrativa, porém sem sucesso, pois a presidente é fechada para
294 novas idéias. Jane deixa claro que tem muito respeito pela senhora que é presidente do
295 SOS e que pensa que a melhor forma de intervenção nesta entidade seria que a mesma
296 aceitasse uma assessoria administrativa. Jane lembra que está preocupada com o
297 serviço e lembrou que no dia de ontem teve algumas denúncias a qual está impedida de
298 identificar o denunciante, inclusive com problemas trabalhistas. A mesma achou que o
299 trabalho não deve ser interrompido, porém que é necessário que haja uma pressão e
300 fiscalização maior por parte deste conselho. Cirlene lembrou que o conselho é
301 deliberativo e que se identificar dúvidas com relação a algum ponto, faz-se necessários
302 que o conselho reveja a deliberação, no entanto afirmou que a entidade apresentou as
303 documentações necessárias para sua inscrição. Márcia lembrou que são situações
304 diversas e que antes de se proceder a revisão de deliberação favorável a manutenção do
305 registro, conforme apontado por integrante da plenária, que a comissão faça orientações
306 e acompanhe as devidas adequações. A primeira é adequação do serviço, antes de
307 cassar a Inscrição neste Conselho deve pedir prazo e dar orientações para realização da
308 adequação. A segunda refere-se á apresentação de documentação, porém, a mesma
309 esta entendendo que a entidade tem essa documentação, uma vez que a comissão já se
310 posicionou favorável em sua análise e afirma que houve a apresentação das
311 documentações necessárias para a inscrição. Nivia pediu a palavra para dizer que
312 Marilza, chegou a procurar o setor de convênios da SMAS e existe a possibilidade de que
313 a entidade não queira realizar o convênio com o município para a parceria com o
314 acolhimento institucional adulto, destacando as dificuldades por que passa esta entidade.
315 Paulo disse que a entidade voltou atrás desta manifestação e solicitou a renovação do
316 convênio. Denise ponderou que deve acontecer um acompanhamento por parte deste
317 Conselho e que as orientações devem ser claras, para que depois as fiscalizações
318 possam ser mais rígidas. Denise lembrou que se houver a suspensão do serviço o
319 recurso também é suspenso e propôs condicionar a renovação da inscrição com o
320 apontamento das adequações necessárias na resolução. Neusa solicitou que seja
321 encaminhadas propostas para a deliberação da plenária. Nivia pediu a palavra e lembrou
322 que faz um longo tempo que a Secretaria Municipal de Assistência Social e o CMAS, vem
323 tentando realizar orientações para a realização de adequações e tem-se constatado que
324 há dificuldades de compreensão e sugere que seja feito a devolutiva para a Diretoria da
325 Instituição com a presença da Comissão de Acompanhamento, Comissão de Inscrição e
326 Cadastro, Comissão de Fundo e a Mesa Diretora. O Conselho deliberou que procederá a
327 Inscrição com o apontamento das adequações para que o CMAS possa realizar o
328 acompanhamento necessário. Neusa ponderou que tem assinado os pareceres desta
329 comissão por varias vezes sozinha enquanto presidente do CMAS e que as comissões
330 tendo o (a)s respectivos coordenadores, precisam assinar os documentos oriundos
331 destas comissões. Neusa lembrou ainda que em relação ao Cras centro b a Diretoria de
332 Gestão Administrativa e Financeira irá verificar e dará o retorno ao CMAS. Seguiu-se a

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

333 pauta com o relato da comissão Organizadora da X Conferência Municipal de Assistência
334 Social. Jaqueline, relatou que realizaram visitas para encontrar o local que abrigará a
335 próxima conferência municipal e o primeiro lugar visitado foi o Parque de Exposição Ney
336 Braga, que disponibilizou o espaço e em um barracão amplo com quinhentas cadeiras.
337 Destacou que o local possui ainda banheiros adaptados e um outro barracão seria
338 utilizado como espaço para as refeições, destaca ainda que este espaço possui área
339 para recreação, algo bem positivo uma vez que as famílias seguem acompanhadas de
340 seus filhos – crianças e adolescentes. E em relação aos valores, ficou de ser
341 encaminhado ofício para a Sociedade Rural solicitando a cessão dos referidos espaços,
342 mas se tiver custo, acredita que os valores não seriam muito superiores a outros locais. A
343 segunda visita foi na Igreja Assembléia de Deus, localizada na área central de Londrina
344 ao lado do terminal urbano, no entanto, este lugar nunca foi utilizado para eventos desta
345 Política. Além disso, tem a falta de estacionamento e pendências em relação ao
346 pagamento do IPTU. Outro local cogitado é o Hotel Sumatra, e afirma que atualmente
347 esta com a documentação correta, porém não tem espaço para atividades com crianças
348 e adolescentes, o que é uma desvantagem. Denise lembrou que a população costuma
349 levar crianças e adolescentes, logo devemos estar preparados para atender a este
350 público. O colégio Marista também foi procurado, com contato via telefone, porém, o
351 mesmo apresenta incerteza quanto a utilização do refeitório, uma vez que sua agenda
352 letiva ainda não está totalmente fechada e haverá dificuldade se a Conferência irá
353 acontecer no período letivo. Márcia lembrou que estão buscando locais, onde o acesso
354 da população seja fácil. No que se refere a custo, o valor da Sociedade Rural é próximo
355 ao solicitado pelo Hotel Sumatra. Jaqueline lembrou que não se descartou nenhum lugar,
356 porém, o preferido pela comissão foi o espaço disponibilizado no Parque Ney Braga.
357 Marcia lembrou que não há nenhum lugar definido e que existem possibilidades de
358 parcerias com as instituições de ensino, porém o Parque Ney Braga, ainda tem a
359 facilidade do acesso aos ônibus que para na frente do local e a população não teria que
360 atravessar uma via de trânsito rápido, próxima aquele espaço, o que naquele momento
361 da reunião iniciava uma discussão sobre o perigo de tal travessia. Quanto as outras
362 comissões para a organização da Conferência, Neusa sugere que as sub comissões
363 desta Conferência sejam discutidas na próxima reunião. Prosseguindo a reunião, Paulo
364 falou sobre os aditivos de convênio e lembrou que algumas instituições ainda não
365 realizaram o processo de aditamento, uma vez que o Meprovi e o Provopar, ainda não
366 entregaram a documentação solicitada. Quanto a Organização CCJ – Faça uma Criança
367 Feliz, esta já se manifestou que não quer dar continuidade no serviço de Convivência e
368 Fortalecimento de Vínculos e que, portanto, haverá a disponibilização destas metas para
369 chamamento público, somando-se ainda as metas da Casa do Caminho que foram
370 diminuídas, o que ao todo somaria cento e dez metas totalizando R\$ 92.400,00 anual
371 neste tipo de serviço para que sejam remanejadas de acordo com o orçamento do FMAS.
372 Destacou que a Gerência da Criança e do Adolescente/SMAS estará presente na
373 próxima reunião para indicar as áreas de prioridade para a realização do chamamento
374 público. Paulo lembrou ainda que o prazo para apresentação dos documentos do

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

375 aditamento dos convênios foi dia oito de outubro, porém todos tem a ciência da
376 dificuldade, portanto a documentação ainda poderia ser entregue. Regina disse que o
377 Meprovi entregou a documentação no prazo solicitado e Paulo afirmou que estará
378 verificando, mas a informação repassada pela Gerência de Gestão de Convênios/SMAS
379 é que há pendência quanto a apresentação de documentos por parte desta entidade. A
380 representante da entidade Casa Acolhedora que desenvolve serviços de convivência e
381 fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes na região oeste da cidade,
382 lembrou que a região onde atuam é de extrema vulnerabilidade. Afirmou ainda que há
383 instabilidade quanto a continuidade do serviço naquele território uma vez que falta
384 recursos certos para 2013 e que até o momento não realizou convênio com a prefeitura
385 municipal. Lembrou que diante desta instabilidade os serviços podem ser interrompidos
386 deixando a população sem nenhum tipo de atendimento desta natureza naquele território.
387 Paulo lembrou que deverá ser aberto o chamamento público para este serviço de acordo
388 com área de prioridade apontada pela Gerência de Criança e Adolescente/SMAS. Márcia
389 ressaltou a importância de estar esclarecendo que a instituição já manifestou ter
390 interesse em dar continuidade no serviço naquele território e que já havia apresentado
391 propostas de co-financiamento a este Conselho. Paulo lembrou que esse fato esta em
392 processo de análise. Afirmou que estes fatos serão considerados na análise da Gerência
393 de Criança e Adolescentes e que esta gerência irá tomar suas decisões com
394 embasamento e ponderações quanto a necessidade e condições de execução dos
395 serviços. Seguindo a pauta, Paulo falou sobre a composição da Secretaria Executiva do
396 Conselho, que atualmente está sem regulamentação municipal quanto a sua composição.
397 Relata que a regulamentação municipal é um dos questionamentos do Censo SUAS, pois
398 este conselho tem que deliberar sobre o assunto e emitir uma resolução definindo a sua
399 composição. Denise lembrou que a normativa nacional deixa claro que o técnico de nível
400 superior exigido para a composição da Secretaria Executiva do Conselho seja exclusivo
401 para esta finalidade. Denise informou que na atualidade ela faz a assessoria para os dois
402 Conselhos – CMAS e CMDCA - e que no momento este fato deixa que a qualidade do
403 serviço fique comprometida. Marcia lembrou que existem resoluções nacionais e desta
404 forma os conselhos devem segui-la. Sandra, esclareceu que deve ser emitido um
405 documento oficial do CMAS para ser encaminhado a Secretaria Municipal de Assistência
406 Social e Neusa propõe a emissão de uma resolução que determina o perfil da secretaria
407 executiva do conselho, ou seja: com formação de nível superior na área afeta ao CMAS
408 que atue com exclusividade neste Conselho. A plenária deliberou pela aprovação da
409 proposta. Seguindo a pauta, Paulo informou que foi criado um fluxo para a construção do
410 Plano Plurianual - PPA 2014 a 2017 e, que o mesmo deve ser apresentado para este
411 conselho a fim de conseguir a sua deliberação e embasar a construção do próximo PPA.
412 O mesmo foi explicitado ao Conselho e afirmou que acredita não haver a necessidade de
413 aprofundamento da explanação, uma vez que muitos dos integrantes do Conselho já
414 participaram da explicação do fluxo em reuniões nos respectivos territórios. Relatou que a
415 construção do PPA é uma atribuição do executivo municipal e que está realizando de
416 forma democrática. Relatou sobre a importância da criação de uma comissão formada

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

417 pelas Diretorias de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, Pela Diretoria de
418 Proteção Social Básica, Diretoria de Proteção Social Especial, Diretoria de Gestão
419 Administrativa e Financeira e representantes do Conselho Tutelar. Neusa enfatizou que
420 esta comissão tem a atribuição de sistematizar toda demanda do PPA, a qual será
421 construída coletivamente com os atores sociais desta política, mediante deliberação
422 neste Conselho. Dando prosseguimento a discussão dos assuntos pautados, foi aberto
423 espaço para manifestação dos representantes dos usuários e, tendo em vista que o(a)s
424 presentes não fizeram uso da palavra, foi iniciado o último assunto da pauta, que refere-
425 se a Instancia de Controle Social do Programa Bolsa Família. Lorraine enquanto
426 presidente da ICS, apresenta a nova composição: representante da Secretaria Municipal
427 de Saúde Lilian Mara Consolin Poli de Castro e Ivana Paula Furlan Rodolpho,
428 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social Lorraine Moraes Ferreira e
429 Marisa Kyota Stemalchuck; CMDCA Dulcinéia Aparecida Silveira e Rivaldir Andrade;
430 CMAS Maria Vany Souza da Costa e Silvia Helena da Silva; Conselho Municipal de
431 Saúde Maria Angela Magro e Adriana Xavier Dorta; Conselho Municipal de Educação
432 Natalde Oliveira e Ewelyn Tamni Kakitsuka, Secretaria Municipal de Educação Elaine
433 Maria Libardi Pereira e Ana Maria Arengui e Representando a área da Criança e do
434 Adolescente Adriana da Cruz Barrozo e Cássia de Moraes Lima e informa que houve
435 duas reuniões em outubro deste ano, e que não houve a presença nenhum representante
436 não governamental nestas reuniões. A conselheira Vany justifica que não recebeu
437 nenhum comunicado para esta reunião da instância. Lorraine esclarece que fez o
438 comunicado e que algumas pessoas não foram localizadas e convocou-se os suplentes,
439 Silvia esclareceu que também não recebeu nenhum comunicado, pois é a suplente de
440 Vany. Denise, pediu para que tenham o cuidado de atualizarem os números dos
441 telefones que estão com Lorraine para que não haja desencontro de informação. Em
442 seguida, a Diretora de Proteção Social Básica, Maria Inês Louro pediu a palavra para
443 dizer que o COHAB comunicou que os estagiários que foram contratados para
444 atualização de dados do CAD ÚNICO foram demitidos, uma vez que já encerraram as
445 atividades para as quais foram contratados. Afirmou que este fato está gerando acúmulo
446 de atividades e demanda com relação ao CAD ÚNICO, e como consequência vem
447 surgindo vários bloqueios e não preenchimentos de novos cadastros, o que acarreta
448 diversos transtornos aos munícipes que dependem desse sistema para acessar os
449 benefícios e programas ofertados pelos órgãos públicos. Citou o agravante do CRAS sul
450 B, o qual além deste problema da falta de estagiários ainda existe falta de técnico de
451 gestão, sendo que este equipamento público está inclusive sem recepcionista, e que os
452 profissionais de serviço social e psicologia estão revezando na recepção. Afirmou que as
453 reclamações já estão chegando a um nível crítico e solicitou de imediato o apoio deste
454 conselho para que a situação não se agrave ainda mais. A mesma disse que tentou
455 aproveitar os estagiários da COHAB, porém não foi possível por se tratar de processos
456 seletivos diferentes, e que as famílias podem ficar sem atualização e até ter seus
457 benefícios interrompidos pois, o município não esta encontrando saída para contornar tal
458 situação. Em tempo, acrescentou que com relação aos estagiários haverá a seleção de

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

459 currículo para a contratação dos mesmos pelo município, buscando suprir esta demanda,
460 e que este processo já está em andamento. A gerente de Transferência de Renda/SMAS
461 Renata explicou que a base do CAD ÚNICO está crescendo em grande dimensão e que
462 na atualidade existem mais de trinta e oito mil famílias cadastradas, e que já foram
463 excluídas mais de dez mil. No entanto, apresenta a necessidade de atualizações
464 motivadas pelo TCU que enviou uma relação de 3079 famílias auditadas pelo respectivo
465 órgão para averiguação no Município. Destacou novamente que a demanda está
466 crescendo, sendo que este processo também repercute no CRAS. Continuando a
467 reunião e com foco nesta temática, Maria Inez lembrou que o PRONATEC também
468 estará prejudicado com esta situação da falta de funcionários, uma vez que para realizar
469 a inscrição neste programa há a necessidade de inscrição e/ou atualização do CAD
470 ÚNICO. Sandra lembrou que pelo adiantado da hora a quantidade de conselheiros
471 presentes está insuficiente para aprofundar esta discussão. Afirmou que este conselho
472 deve convocar a pessoa responsável pela Secretária Municipal de Assistência Social e
473 que esta deve dar uma explicação sobre os desdobramentos dos esforços empenhados
474 para a solução do problema. Maria Inez lembrou que por outras vezes já destacou esta
475 problemática no Conselho e que portanto, este não é um fato novo. Exemplificou que há
476 mais de um mil quinhentos e cinquenta e nove famílias que caso não forem analisadas
477 seus cadastros até fevereiro do próximo ano, terão os respectivos benefícios cancelados.
478 Além disso informou ainda que o Município tem prazo para migrar os dados da versão 6
479 para a versão 7 do Cadastro Único que teve início em novembro de 2011 e para isso
480 precisa dos computadores que está em processo de compra desde o ano passado.
481 Renata se referindo a contratação de pessoal para solucionar a demanda lembrou que
482 não existe uma solução imediata e que a própria lei gera alguns impedimentos para a
483 solução do problema e afirma que necessita de 4 técnicos de gestão trabalhando
484 exclusivamente na Gerência de Transferência de Renda para dar conta de todo o
485 trabalho que encontra-se em pendência. Marcia, buscando encaminhar a demanda,
486 afirmou que há duas situações distintas. Uma delas se refere ao registro da situação que
487 deve ser documentada a este conselho, a segunda é a demanda que deve ser findada
488 até fevereiro e que haverá alguém que deverá responder por tal situação. Afirmou ainda a
489 necessidade de se ter outras políticas envolvidas e que o CAD ÚNICO pede uma equipe
490 qualificada e que estagiário não é profissional ainda, mas sim, é uma pessoa que está em
491 um processo de formação profissional exigida para um determinado curso e não pode ter
492 esta carga de responsabilidade em suas mãos. Denise lembrou que o conselho não pode
493 pegar a responsabilidade para si, e sim dividir e cobrar do município. Maria Ines lembrou
494 que a contratação com o recurso do IGD deve ser pautada também nas legislações
495 municipais, das quais Londrina apresenta impedimentos segundo sua consulta na
496 Procuradoria Geral do Município. Relatou ainda que já foi enviado para o legislativo
497 solicitando mudanças na atual Lei, porém ainda não houve alterações. Como
498 encaminhamento a esta demanda, o Conselho solicitou que a Secretaria Municipal de
499 Assistência Social encaminhe os dados oficialmente para o CMAS, inclusive indicando os
500 esforços empenhados para a solução do problema e seus desdobramentos para que a

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 27 de novembro de 2012.

501 plenária se posicione na próxima reunião deste Conselho. Encerrada a reunião e, nada
502 mais a tratar, eu, Silvia Helena da Silva, lavrei a presente ata que deverá ser submetida à
503 aprovação da plenária.